

## EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 2021.

Institui o Código Eleitoral.

### EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º. Dê-se ao artigo 514 e parágrafos, do projeto de lei complementar nº 112, de 2021 (Código Eleitoral) a seguinte redação:

Art. 514. Até 1º de junho do ano das eleições, as plataformas de mídias sociais e os aplicativos de mensageria privada devem publicar, em língua nacional, de forma clara, precisa e acessível, as políticas e regras de moderação de conteúdo e comportamento aplicáveis ao processo eleitoral, obrigando-se a publicizar e justificar na mesma medida quaisquer mudanças realizadas após esta data.

§1º A adoção de critérios de moderação ou limitação do alcance da divulgação de conteúdos pelas aplicações estabelecidas no caput, não deve ser implementada visando desequilibrar a igualdade de condições entre candidatos a cargos políticos.

§2º A remoção de conteúdo em desacordo com a legislação eleitoral ou com as regras previstas no caput deste artigo autoriza o ajuizamento de representação para a restauração da publicação, a ser proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da referida remoção, a ser proposta perante o juízo da circunscrição do pleito.

### Justificação

A preocupação do texto em questão é um eventual prejuízo à fragmentação das regras internas aplicáveis pelos provedores e que pode afetar todo o sistema de moderação de conteúdo visto que tais regras são elaboradas de forma sistêmica. O estabelecimento de prazos e escalonamento da obrigação estabelecida pelo dispositivo é essencial para garantir a igualdade material entre os diferentes provedores e a própria efetividade da lei. Experiências internacionais, como a realizada na Europa via Código de Conduta, apontam que a correlação é estratégia assertiva para o alinhamento entre garantias democráticas e regras de moderação aplicadas pelos provedores de internet.

Neste sentido, e ampliando acordo já realizado pelo TSE anteriormente, recomenda-se o estabelecimento de código de conduta que fixe parâmetros ao estabelecimento e aplicação dos termos de uso e políticas de comunidade das plataformas. Para garantir a multiplicidade de perspectivas e interesses no código de conduta, recomenda-se a obrigação de realização de consulta pública. Por fim, propomos a inclusão do termo "a exclusão ou a suspensão de perfil ou canal oficial de candidato a cargo eletivo" no §3º a fim de permitir uma melhor harmonização do texto.



Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2021.

**Dep. Bohn Gass – PT/RS**

**Dep. Paulo Teixeira – PT/SP**

Apresentação: 02/09/2021 19:16 - PLEN  
EMP 45 => PLP 112/2021

**EMP n.45**



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Bohn Gass e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215639231600>





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Bohn Gass )**

Institui o Código Eleitoral.

Assinaram eletronicamente o documento CD215639231600, nesta ordem:

- 1 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT      \*-(p\_7800)
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 3 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB      \*-(P\_7204)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

